

Íntegra do discurso do presidente da Atricon na assinatura do convênio com a Justiça Eleitoral

Senhor presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, Excelentíssimos senhores presidentes e membros dos Tribunais de Contas, demais autoridades aqui presentes

Esta cerimônia reúne duas instituições fundamentais do Estado brasileiro: os Tribunais de Contas e a Justiça Eleitoral. Ambas são instituições imbuídas constitucionalmente de proteger a República e a democracia. E aqui não há como não lembrar das lições do cientista social e político, Guillermo O'Donnell, quando afirma que o grau de accountability de uma nação depende crucialmente da efetividade das instituições de controle, o que ele chama de “accountability horizontal”, e da soberania do voto popular, denominada “accountability vertical”. Nada mais relacionado às nossas atribuições.

Ordinariamente, os Tribunais de Contas trabalham em prol da correta aplicação dos recursos do povo. Nada mais “democracia”. Entretanto, também colaboram diretamente com a Justiça Eleitoral, na medida em que suas deliberações constituem importante filtro na questão da (in)elegibilidade. E não custa lembrar que esse mister contribui, ao mesmo tempo, para a qualidade de nossa democracia e da governança pública.

A parceria que se concretiza nesta tarde-noite entre o TSE, o TCU e 23 Tribunais de Contas aqui representados pelos seus presidentes, com o apoio da Atricon, reforça essa ponte republicano-democrática. A expertise do controle, por meio de seus auditores, é mais uma vez colocada à disposição da Justiça Eleitoral para verificar a regularidade de contas de partidos políticos. E basta lermos os jornais diários para compreendermos a importância dos financiamentos dos partidos e das campanhas políticas para a lisura dos pleitos eleitorais, condição primeira para a qualidade da democracia.

E essa expertise, presidente Gilmar Mendes, só existe porque os Tribunais de Contas, como de resto todas as instituições de controle do país, se aperfeiçoaram sobremaneira neste período pós-redemocratização. Também como todas as instituições, temos os nossos problemas e desafios, seja no campo disciplinar ou de desempenho. Não fugimos deles e aceitamos a crítica honesta. Nada obstante, ao tempo em que os enfrentamos abertamente e procuramos trabalhar para os devidos aprimoramentos (permitam-me aqui um breve parêntese para lembrar a PEC 22/2017, proposta pelo senador Cássio Cunha Lima, a partir de sugestão da Atricon, que cria o Conselho Nacional dos TCs, impõe critérios mais

técnicos e rígidos para a composição dos Tribunais e prevê uma lei nacional processual de controle externo). Pois bem, conquanto estejamos cientes desses aprimoramentos necessários, somos igualmente sabedores de nossas fortalezas e dos nossos muitos avanços conquistados.

E temos plena convicção de que boa parte das críticas que são feitas hoje aos Tribunais de Contas -- nestes tempos em que generalizações e prejulgamentos estão muito em voga -- decorrem justamente do cumprimento dos seus deveres constitucionais, ou seja, partem daqueles que estão incomodados com o exercício efetivo do controle externo.

Mas volto à nossa cooperação. Agradeço a Vossa Excelência, presidente Gilmar Mendes, pela confiança depositada nos Tribunais de Contas e também à Atricon. Agradeço igualmente a cada presidente que aceitou participar deste mutirão democrático, especialmente quando testemunhamos a carga de trabalho de cada Tribunal. Desde já, agradeço aos auditores de controle de todo o Brasil que irão dar concretude a esta parceria.

Sabemos que não existem mágicas ou milagres quando se trata de aprimorar a República e a democracia. Tudo é processo e por ser processo temos o dever cívico de tomar como aliados o trabalho, o tempo, a coragem e a

resiliência. É como diz o ex-presidente deste Tribunal, Carlos Ayres Britto: “O jogo-luta da democracia não se vence por nocaute, mas sim por pontos”.

Neste momento, com a ajuda de todos aqui presentes, marcamos um tento dos mais importantes e estamos certos de que a República, a democracia e a cidadania, ao final, serão os grandes beneficiados. Não há saída ou solução fora da moldura democrática, ao mesmo tempo em que não existe democracia sem controle. Finalizo com uma frase de Johan Goethe: “A democracia não corre, mas chega segura ao objetivo”.

Muito obrigado!